

Editorial

Trazemos aos leitores da revista *Educação em Foco* o último número de 2017, apresentando artigos que versam sobre temas de grande relevância para a área de Educação, com a contribuição de autores diversos sobre temas de grande interesse, como a inclusão, a diversidade, as políticas e as metodologias de ensino.

O primeiro artigo, de Doracina Aparecida de Castro Araujo, toma a psicologia histórico-cultural como referência para o ensino, para a aprendizagem e para o desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual. Em “Revelações dos autores de teses de quatro Programas de Pós-graduação em Educação sobre deficiência intelectual”, são analisadas oito teses a partir das mesmas categorias utilizadas nos artigos da Plataforma *Scielo* Brasil – objetivos; ensino, aprendizagem e desenvolvimento; compensação; mediação. Do Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP Araraquara, as duas teses analisadas possuíam objetivos que levam Doracina Araújo “a pensar na possibilidade de serem complementares para a análise nesta pesquisa”, e trazem em suas conclusões “importantes considerações que chamam a atenção para o trabalho educativo a partir dos contributos teóricos da psicologia histórico-cultural”. Da UNESP Marília, os objetivos das duas teses analisadas “mostram diferentes possibilidades de atuação escolar e familiar junto aos alunos com deficiência”, a partir de “relevantes dados de pesquisa levantados em campo, com boas análises teóricas. Já da UNICAMP, três teses “discutem o desenvolvimento de alunos e de profissionais com deficiência”, trazendo em suas considerações finais “chamamentos importantes sobre questões que dificultam a permanência desses alunos ou profissionais nos espaços inclusivos que lhes são garantidos legalmente”. Finalmente, no PPGE da USP, seleciona uma tese, em que se afirma ser “a educação realizada nas escolas [...] descontextualizada, desvinculada do cotidiano”. A partir das análises feitas, Doracina Aparecida de Castro Araujo afirma ser complexa as relações pedagógicas, tanto aquelas “confrontadas pelos professores em suas atividades educacionais” quanto “as possibilidades de se trabalhar junto aos alunos com deficiência intelectual”.

Continuando o tema, Vanessa Cristina Paulino e Katia Regina Moreno Caiado apresentam e analisam a construção do conceito de deficiência a partir das experiências de vida de cinco estudantes do 5º ano do ensino fundamental; para tal, expõem estudos que tratam da trajetória escolar de pessoas com deficiência e sobre a percepção da pessoa sem deficiência a respeito da educação inclusiva. Utilizando a opção metodológica da História Oral, os dados, após terem sido transcritos, foram agrupados em eixos e subeixos temáticos, “com base na literatura e nos objetivos que nortearam esta pesquisa, com vistas a garantir a coesão da análise”: (1) construção do conceito de deficiência (características que indicam deficiência; respeito e valorização das diferenças existentes entre as pessoas; família e escola: convívio com pessoas com deficiências; preconceito e exclusão); (2) colega com deficiência (problemas de comportamento; aprendizagem e

desenvolvimento; relacionamento interpessoal; severidade da deficiência; expectativas pessoais e relacionadas ao colega com deficiência); (3) escolarização do colega com deficiência (estrutura, funcionalidade e organização da escola regular comum; atividades pedagógicas; adaptação curricular; proteção e cuidado ou atendimento às necessidades; ensino colaborativo; colega tutor; escola regular ou escola especial; sugestões para melhorias na inclusão escolar). Pelos resultados expostos em “A construção do conceito de deficiência por estudantes sem deficiência, a partir de suas histórias de vida”, Vanessa Cristina Paulino e Katia Regina Moreno Caiado afirmam ser as características físicas, aparentes ou não, “os aspectos mais relevantes para identificar e para classificar a deficiência”; e reiteram “a relevância dos mediadores [...] já que podem contribuir para modificar/construir atitudes mais favoráveis em relação ao tema em estudo”.

Ainda no eixo da diversidade, Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi e Luzane Moraes Bernardi discutem a formação do professor indígena, trazendo para o debate os conflitos e as tensões resultantes da condição de fronteira em que vivem os acadêmicos da Licenciatura Intercultural Indígena, da etnia Kaingang, “que buscam a preservação de sua referência identitária, ao mesmo tempo em que estabelecem o diálogo com as inovações da contemporaneidade”. No estudo “Educação indígena: formação do professor em uma perspectiva emancipatória”, as autoras partem do princípio de que “a formação do professor indígena – as possibilidades reais de se tornar um protagonista dessa história – é um elemento fundamental para a construção da escola indígena e para o fortalecimento do grupo étnico”. Tendo como foco o professor indígena de Matemática e de Ciências, a análise dos dados foi realizada à luz dos pressupostos da Educação Matemática Crítica, a partir da qual emergiram as categorias: (1) importância atribuída ao conhecimento; (2) significados construídos na escola e para a escola; (3) contingências, perspectivas e olhar para o futuro. A partir daí, concluem Luci Teresinha Marchiori dos Santos Bernardi e Luzane Moraes Bernardi que a Licenciatura Indígena permite mobilizar “novos olhares e expectativas do acadêmico/professor indígena, novas possibilidades de pensar a educação indígena em uma perspectiva emancipatória, considerando-se sua condição de sujeitos que vivenciam as tensões pertinentes às zonas fronteiriças.

Ampliando a questão, “Apontamentos sobre o desenvolvimento do psiquismo humano: desafios e possibilidades para a educação escolar” traz reflexões sobre “a defesa da educação escolar voltada para sua natureza e especificidade, isto é, a socialização dos conhecimentos clássicos historicamente sistematizados na direção da formação humano-genérica dos escolares”. Justificando o tema da pesquisa, Gabriela Xavier Pereira Polon e Anna Maria Lunardi Padilha afirmam “que uma teoria pedagógica verdadeiramente revolucionária deve cumprir a exigência de mediação, própria da educação escolar, tendo em vista a transformação social da classe trabalhadora, defendendo a socialização do conhecimento historicamente

produzido pela humanidade, tal como evidenciado pela pedagogia histórico-crítica”. Reiterando a valorização de pressupostos marxistas, como o da realidade objetiva, e fazendo-os dialogarem com Vygotski, as autoras entendem que a formação das faculdades intelectuais tipicamente humanas implica a realização de uma atividade produtiva e criativa; afirmam que “o papel da educação escolar está voltado para a qualidade da formação da imagem subjetiva da realidade objetiva” e, portanto, preconizam “uma educação que de fato possibilite uma verdadeira apropriação da genericidade humana”, caminho diametralmente oposto ao das pedagogias relativistas, tão em voga atualmente. Gabriela Xavier Pereira Polon e Anna Maria Lunardi Padilha concluem que “o trabalho docente, quando instrumentalizado, consciente, intencional e em condições de constantes apropriações objetivas, pode transformar e avançar as condições reais de desenvolvimento dos alunos”.

Entrando no sistema de ensino, “Governo Vargas, trabalho e o Ensino Primário: discursos dos jornais ‘Folha de Minas’ e ‘Estado de Minas’”, de Aline Choucair Vaz, analisa a concepção de trabalho no ensino primário de Minas Gerais, do período de 1930 a 1954, época de “várias redefinições na vida brasileira, dentre elas, o campo educacional”. Aqui, para a autora, é que se almejava “regenerar a sociedade, formar a ‘personalidade intelectual’ de jovens e de crianças que se tornariam o futuro do País”. A autora expõe que o projeto de educação empreendido durante a Era Vargas tinham o objetivo de “encarar” a educação no país “cara à cara”; para tal, o ensino primário exerceria função fundamental, porque conseguiria atingir a população brasileira e também se aproximaria das camadas populares. “Nesse sentido, são evidenciadas, nos materiais didáticos desse ensino, palavras dirigidas aos trabalhadores, principalmente aos industriais, público-alvo da propaganda e da contemplação das leis criadas pelo governo Vargas”. Pelos resultados de sua pesquisa, Aline Choucair Vaz realça, então, “a ênfase na construção de uma identidade nacional coletiva”, com foco na criança “‘a ser preparada para o trabalho’ e com investimento no trabalho industrial, principalmente nas escolas urbanas”.

Ainda pensando o sistema de ensino, Luiz Carlos Barreira nos traz as “Escolas Primárias Superiores em Portugal: uma política pública voltada para a formação do trabalhador urbano”, numa investigação histórica do processo de criação, de instalação e de extinção dessas escolas. Para o autor, um “processo de metamorfose” foi que deu origem às Escolas Primárias Superiores, com a transformação das antigas escolas normais primárias. Na crítica de Luiz Carlos Barreira: “Nesse processo de metamorfose, a educação geral estaria de certa forma assegurada, mas não ainda o preparo técnico do seu corpo discente, uma vez que as seções técnicas das escolas então ‘criadas’ deveriam ser objeto de diploma legislativo específico a ser oportunamente considerado”. As Escolas Primárias Superiores trilharam um “tortuoso e infrutífero percurso” que culminou na sua extinção, provavelmente pelas seguintes razões: “formação profissional inadequada dos seus professores, baixa frequência do seu alunado e superioridade

numérica dos professores, em relação aos alunos matriculados em cada uma delas”.

Finalizando este número 32 da revista *Educação em Foco*, Caroline Braga Michel, Eliane Peres e Alessandra Amaral da Silveira nos apresentam “As cartilhas *¿Quieres leer?* e *Queres ler?*: recorrências e diferenças nas notas de orientações aos professores”. O objetivo do estudo foi comparar as notas de orientações apresentadas aos professores na obra didática uruguaia *¿Quieres Leer?*, de José Henriques Figueira, e na adaptação *Queres Ler?*, feita por Olga Branca Diva Pereira de Souza, com o fim de identificar recorrências e diferenças entre essas notas, “que buscavam orientar o trabalho docente”. Segundo as autoras, a cartilha “*Queres Ler?* marcou um período de escolarização e do ensino, apresentando um ‘novo’ método de leitura e de escrita no cenário gaúcho”, condizente com *¿Quieres leer?*, obra em que uma das inovações trazidas “para o período foi ensinar a escrita simultaneamente com a leitura”. A partir das análises feitas, Caroline Braga Michel, Eliane Peres e Alessandra Amaral da Silveira afirmam “que as autoras gaúchas buscaram seguir o mesmo padrão das notas de orientações apresentadas no *¿Quieres leer?*”; entretanto, “a adaptação gaúcha não conservou as orientações mais rigorosas quanto à postura necessária para a escrita e para a leitura”.

A Comissão Editorial deseja que este número 32 da revista *Educação em Foco* possa-lhe ser tão instigador quanto todos os outros que já publicamos.

Boas leituras!

Patrícia Goulart Tondineli
Pela equipe editorial